



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR Nº 01/2015

RUBIA CAROLINE WRUBEL, **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PONTE SERRADA – CMDCA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 2.057/2009, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 2057 de 2009, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com assessoria do Instituto O Barriga Verde – IOBV, localizado na Avenida Luiz Bértoli, 233, Centro, Taió/SC, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

1.2 O Processo Eleitoral seguirá as datas e prazos previstos no seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Publicação do Edital	08/04/2015
Prazo de Inscrições	13/04/2015 a 13/05/2015
Análise dos Requerimentos de Inscrições e documentos	14/05/2015 a 02/06/2015
Publicação da lista de candidatos com inscrições deferida no site www.iobv.org.br e no Mural do CMDCA	03/06/2015
Prazo de Recurso	05/06/2015 a 09/06/2015
Análise dos Recursos	10/06/2015 a 15/06/2015
Divulgação do resultado dos recursos	16/06/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição, em ordem alfabética e convocação para a prova escrita	23/06/2015
Data da prova escrita	19/07/2015
Divulgação do gabarito preliminar	20/07/2015
Prazo de recurso contra o gabarito preliminar	21/07/2015 a 27/07/2015
Divulgação do gabarito definitivo	12/08/2015
Divulgação dos candidatos aptos para o processo eleitoral	31/08/2015
Prazo da campanha eleitoral	02/09/2015 a 02/10/2015
Data da Eleição Unificada	04/10/2015
Divulgação dos candidatos eleitos	05/10/2015
Prazo para impugnação ao resultado da eleição	06/10/2015/13/10/2015
Divulgação do resultado definitivo da eleição e convocação para o Curso de Formação sobre os Direitos da Criança e	20/10/2015



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

do Adolescente	
Resultado e final e convocação para a posse	30/11/2015

1.3. O Cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente – CMDCA e da Comissão do Instituto O Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação oficial do certame.

1.4O Edital da Eleição, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sitio www.iobv.org.br

1.5 O Edital de Eleição também será publicado no site da Prefeitura de Ponte Serrada na Internet:<http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e sede da Câmara de vereadores; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

1.6 A escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será feita pela comunidade local, através de processo eleitoral sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a fiscalização do Ministério Público, em sufrágio universal e direto e o voto facultativo e secreto.

1.7 São considerados eleitores todas as pessoas a partir de 16 (dezesesseis) anos, devidamente inscritas na Justiça Eleitoral do Município de Ponte Serrada/SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA CANDIDATURA E/OU POSSE A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

2.1. São requisitos básicos para candidatura e/ou posse a membro do conselho tutelar:

- a) Reconhecida Idoneidade Moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- b) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município de Ponte Serrada, no mínimo 03 (três) anos;
- d) Participar com frequência de 100% de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre política de atendimento à criança e ao adolescente;
- e) Comprovar conclusão do ensino médio até a data da posse;
- f) Ser Aprovado na prova de conhecimento sobre legislação da Infância e da Adolescência;
- g) Comprovar quitação eleitoral;

3. DO CARGO, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA

Cargo	Vaga	Escolaridade	Vencimento	Carga horária
Conselheiro Tutelar	05	Ensino Médio Completo; E Formação Obrigatória	R\$ 1367,89 + R\$ 120,00	40 horas semanais (20



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

		específica sobre a política de atendimento à Criança e ao Adolescente;	(Vale Alimentação)	horas de expediente e 20 horas de sobre aviso)
--	--	--	--------------------	--

3.1 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

3.1.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

3.2 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

3.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

4.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei n. 2.057/2009, de 05 de maio de 2009, Resolução 170/2014 do CONANDA.

4.2 As demais atribuições, constam no anexo IV deste edital.

5 DA COMISSÃO ESPECIAL

5.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

5.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

5.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

5.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

5.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

5.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

5.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda;

5.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

5.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

5.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

5.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

5.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

6.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

6.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

7 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

7.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada de Ponte Serrada serão organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico, homologação e aprovação das candidaturas;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Curso sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

8 DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento em meio digital, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

8.2. A inscrição será efetuada pessoalmente por meio do preenchimento da Ficha de Inscrição digital no sítio www.iobv.org.br em computador fornecido na Biblioteca Municipal, localizada na Rua Madre Maria Theodora, Centro, Ponte Serrada (SC), nos horários: 07:30 hs às 11:30hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital, logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

8.3 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

8.4 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

8.5 Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

8.6. Os interessados formalizarão o pedido de inscrição, apresentando:

- a) Formulário de Inscrição que deverá ser preenchido diretamente no site www.iobv.org.br no local da inscrição informado no item 8.2.
- b) Cópia de documento oficial com foto, acompanhado do original para conferência, (Cédula de identidade (RG), ou Cédula de Identidade de Classe Profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – expedida nos termos da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 (com fotografia) e dentro do prazo de validade;
- c) Cartão de Identificação de Contribuinte no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (original e cópia);
- d) Título Eleitoral (original e cópia);
- e) Deverá ser apresentado um comprovante que demonstre a residência neste município, sendo um do período (2012) e outro recente (2015), comprovando assim, o lapso temporal de três anos de residência no município. (Serão admitidos cópia de conta de luz, telefone fixo ou gás ou extratos bancários, acompanhados do original para conferênciae/ou declaração com assinatura registrada em cartório que reside no município há três anos);
- f) Certidão negativa de antecedentes criminais, não se admitindo protocolo;
- g) Certidão do Cartório Eleitoral de estar em quite com os direitos políticos;
- h) Declaração de que uma vez eleito e empossado, se dedicará exclusivamente às atividades de Conselheiro Tutelar, sob pena de perda do mandato;

8.7. Não haverá cobrança da taxa de inscrição;

9 DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

9.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

9.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 20 (vinte) dias após o encerramento do prazo das inscrições.

10 DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

10.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

10.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

10.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

10.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

10.5. No dia 03 de junho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

10.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada

11. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

11.1. O local de realização da prova será nas dependências da Escola Municipal Antonio Paglia, localizada na Rua Benevenuto Cezar Branco nº129, Bairro Antonio Paglia, município de Ponte Serrada SC na data prevista no cronograma do Capítulo I do presente edital.

11.2 Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova	8h30min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50min
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h
Tempo mínimo de permanência na sala de prova	10h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartões-resposta	12h

11.2.1 A identificação correta do horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

11.3 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4 As áreas de conhecimento abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas abaixo:

Tipo de Prova	Nº de questões	Valor de cada questão
Português	10	0,25
Informática Básica	5	0,25
Conhecimentos Específicos	25	0,25
Total	40	10,0

11.5. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo II deste edital.

11.6. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

- a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco);sendo convocado para a próxima fase;
- b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;
- c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.
- d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

11.2. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias para a Comissão Especial.

11.3 Das condições especiais para realizar a prova

11.3.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova escrita (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Formulário de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

11.3.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

11.3.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduzirá ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

11.3.4 O IOBV publicará, no endereço da Eleição www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

11.4 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DO EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11.4.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4.2 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

11.4.3 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado da Eleição. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

11.4.4 Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

- a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
- b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

11.4.5 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.4.6 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.4.7 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.4.8 A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

11.4.9 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

11.4.10 O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade da Eleição poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação da Eleição.

11.4.11 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

11.4.12 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

11.4.13 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

11.4.14 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, **com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.**

11.4.15 Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

11.4.16 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

11.4.17 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

11.4.18 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

11.4.19 O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

11.4.20 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos “x”, bolinhas, ou outra marcação.

11.4.21 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura da Eleição poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação da Eleição.

11.4.22 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

11.4.23 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

11.4.24 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.4.25 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato da Eleição.

11.4.26 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato da Eleição.

11.4.27 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.4.28 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas.

11.4.29 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento da Eleição.

11.4.30 O IOBV e o CMDCA não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

11.4.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.4.32 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.4.33 O Candidato que descumprir quaisquer normas editalícias está automaticamente excluído do certame.

12 DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

12.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

12.2 Poderão votar todo cidadão, maior de 16 (dezesesseis) anos que conste na lista oficial eleitores de Ponte Serrada/SC, emitida pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que apresente Título de Eleitor e um documento oficial (original) com foto.

12.3. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 09h às 16h, em local a ser divulgado.

12.4 O processo eleitoral dar-se através de cédulas, mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo rubricadas por um membro da Comissão eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.

12.5 O eleitor poderá votar em 05 (cinco) candidatos.

12.6 Nas cabines de votação serão afixadas listas com a relação de nomes e apelidos dos candidatos ao Conselho Tutelar.

12.7 No local de eleição, haverá no mínimo 2 mesas de recepção e de apuração, composta por até 03 (três) membros da comissão eleitoral ou pessoa designada por ela, sendo:

- a) 01 (um) presidente;
- b) 02 (dois) mesários;

12.8 Não será permitida a presença de candidatos e fiscais junto à mesa de recepção e urnas, respeitada a delimitação estabelecida no local.

12.9 A Eleição terá início às 9h e término às 16 horas, sem intervalo, na data prevista no cronograma previsto no Capítulo I deste edital e no local a ser divulgado posteriormente.

12.10 A apuração se iniciará imediatamente após o término da eleição, no mesmo local da votação.

12.11 Serão proclamados eleitos Conselheiros Tutelares os cinco primeiros candidatos mais votados e considerados suplentes os candidatos mais votados em ordem decrescente de número de votos.

12.12 Os suplentes serão convocados em ordem sequencial decrescente de votos, pelo CMDCA.

12.13 Os candidatos eleitos e proclamados nos termos deste Edital, serão empossados em data fixada pelo CMDCA e entrarão em exercício no dia imediato ao término do mandato dos seus antecessores.

13 DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

13.2 É proibida a propaganda de candidatos por meio de anúncios luminosos, folhetos, faixas, cartazes, meios eletrônicos ou outros meios de comunicação de massa, bem como nos veículos de acesso direto aos eleitores como mala direta e correspondências, ou inscrições em locais públicos ou particulares.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

13.3 O período de Campanha eleitoral será de 02 de setembro de 2015 e 02 de outubro de 2015.

13.4 DA PROPAGANDA ELEITORAL

13.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

13.4.1.1 No dia da eleição não será permitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, inclusive, “boca de urna”.

13.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

13.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

13.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

13.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que infrinja as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

13.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

13.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

13.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

13.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

13.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

13.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias.

13.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

13.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de trabalho, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

14. DOS CRITÉIOS DE DESEMPATE

14.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

15. DOS RECURSOS

15.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital

15.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

15.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

15.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

15.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

15.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

15.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso, serem digitalizados, assinados e serem enviados por email no endereço: iobv@iobv.com.br.

15.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

15.10. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

16. DA QUINTA ETAPA – FORMAÇÃO

16.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos e respectivos suplentes.

16.2. As diretrizes e parâmetros para a formação serão apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

16.3 O CMDCA promoverá a formação através da empresa especializada Instituto O Barriga Verde que serão responsáveis por todo o desenvolvimento do curso;

17 DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

17.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 2.057/2009 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

18.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

18.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

PONTE SERRADA, 08 de abril de 2015

RUBIA CAROLINE WRUBEL
Presidente do CMDCA



ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos específicos do ECA – Lei 8069/90

Conhecimentos específicos da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada

Conhecimentos específicos da Lei Municipal 2.057/2009

Conhecimentos da Lei 12.010/2009 – Lei de Adoção.

Código Penal (artigos referenciados no Estatuto da Criança e do Adolescente)



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO II
REQUERIMENTO DE VAGA DE DEFICIENTE E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA
REALIZAR A PROVA

Eu _____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito Eleição do Conselho Tutelar 001/2015 da Prefeitura Municipal de PONTE SERRADA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID n.º: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte n.º _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar:

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar:

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

**ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO**

Tipo de Recurso: (Descrever o tipo de recurso)	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Local e data _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato



ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR

I - Atender Crianças e Adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos que lhe são reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, seja por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado; seja, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; seja em razão de sua conduta (art. 98, 103 a 105, ECA).

Parágrafo único - O Conselho Tutelar poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, conforme o caso, as seguintes medidas:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- g) Acolhimento institucional.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsável por criança ou adolescente em situação de risco, e se for o caso, aplicar-lhes as medidas de:

- a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) Inclusão em programas de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- d) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) Obrigações de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- g) Advertência;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) Representar junto à Autoridade Judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;



Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Ponte Serrada
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança e do adolescente;

V – Encaminhar à autoridade Judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII – Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - Auxiliar o Poder Executivo local e o Conselho de Direitos na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitam valores éticos e sociais, bem como propagandas de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente (art. 202, § 3º, inciso II da Constituição Federal c/c art. 136, X, ECA).

XI - Representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de irregularidades em entidade ou infração administrativa às normas de proteção à criança ou adolescente, para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas pela autoridade judiciária (art. 95, 191 e 194, ECA).

XII - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar em caso de maus tratos ou abuso sexual imposto pelos pais ou responsável e havendo necessidade de ser afastado o agressor da companhia da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente os fatos ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude (art. 130 e 201, III, ECA).

XIII – Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no art. 131 da Lei Federal n. 8.069/90, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

Parágrafo único - Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar conferirá sempre seu registro civil e verificando sua inexistência ou irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da comarca para os fins o art. 102 e 148, § único, “h”, Do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça e/ou violação de direitos de Criança ou Adolescente, adotando os procedimentos legais cabíveis e, se for o caso, aplicando as medidas de proteção previstas em lei.

§ 1 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante a provocação da parte interessada ou de representante do Ministério Público.



Estado de Santa Catarina

Governo Municipal de Ponte Serrada

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Edital n.º 001/2015 de ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

§ 2 - A autoridade do Conselho Tutelar para a aplicação das medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundamentada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação aos direitos da Criança ou Adolescente.

São vedadas as deliberações do Conselho Tutelar com número superior ou inferior ao de sua composição, sob pena de nulidade dos atos praticados.

Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

I - cumprir o disposto no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - velar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.